



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA

**OS DESAFIOS DO PARADIGMA DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO JOÃO ALVES MOREIRA, EM VAZANTES – ARACOIABA/CE**

**REDENÇÃO- CE
2017**

WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA

**OS DESAFIOS DO PARADIGMA DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO JOÃO ALVES MOREIRA, EM VAZANTES – ARACOIABA/CE**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Professor Orientador: Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira.

REDENÇÃO -CE

2017

WELMA KRISSYÃ VITAL DA SILVA

**OS DESAFIOS DO PARADIGMA DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO JOÃO ALVES MOREIRA, EM VAZANTES – ARACOIABA/CE**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como condição parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades. Orientador Professor Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira

Data da aprovação: ____/____/____ Nota ____

BANCA EXAMINADORA

Prof ° Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira - UNILAB
(Orientador)

Prof ª Me. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira - UNILAB
(1ª Examinadora)

Prof ° Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira - UNILAB
(2º Examinador)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Delimitação do tema.....	7
3. Justificativa.....	9
4. Problematização	10
5. Objetivos	12
5.1 Objetivo geral.....	12
5.2 Objetivos específicos.....	12
6. Hipóteses	12
7. Fundamentação teórica.....	12
7.1 Marcos Legais	14
8. Metodologia	19
9. Referências bibliográficas	25
Entrevistas	26
Entrevista online	26
Entrevista presencial 1	28
Entrevista presencial 2	29
Entrevista presencial 3.....	32
Entrevista presencial 4.....	34

1. Introdução

Durante muitos anos, o *diferente* foi deixado à margem da sociedade. Todos os que não atendiam ou não correspondiam aos padrões de normalidade patológica, clínica, moral, estética e social foram sistematicamente alijados da vida escolar, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania. Na verdade, faz pouco tempo que, com o avanço das concepções de saúde, de direito e de educação, novos olhares foram direcionados e novas posturas foram assumidas em relação às pessoas deficientes e/ou com transtornos, e ainda àquelas que simplesmente apresentavam dificuldades em se enquadrar às exigências da vida social.

Como base do exercício consciente, crítico e participativo da cidadania está iniludivelmente a Educação: em respeito às diferenças e em reconhecimento à diversidade das pessoas e dos coletivos humanos de direitos. Por isso, não basta na atualidade pensar-se apenas em integrar nominalmente as pessoas com deficiência - de qualquer tipo - no contexto social, faz-se necessário pensar e agir na sua inserção, com *raízes mais profundas*. Há de se construir as vias e os meios efetivos de inclusão permanente, acolhedora e participativa de todas as pessoas - em suas diversas experiências e necessidades -, em uma Educação verdadeiramente plena e emancipadora da cidadania.

De acordo com Aranha (2004), a deficiência, seja ela física, sensorial ou mental, foi, inicialmente, no que corresponde à origem das sociedades que conhecemos, considerada um fenômeno metafísico - determinado, na concepção de alguns, por possessões demoníacas, ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes e familiares. À medida que conhecimentos na área da Medicina foram progredindo, a deficiência - em suas diversas formas - passou a ser vista como uma doença do indivíduo, por muito tempo compreendida como de natureza incurável; a demandar, em alguns casos, a alienação ou o asilo do *doente* ou *anormal*: considerado como incapaz ao convívio social.

Segundo Aranha (2004), somente a partir do final do século XVIII, iniciam-se as primeiras práticas médicas e sociais de reabilitação, como terapias formais de atenção à pessoa com deficiência. Ainda assim, individuado em um diagnóstico de incapacitação, o deficiente seguia segregado em instituições - fosse para seu cuidado e proteção, fosse para seu tratamento médico. Nesse conjunto de ideias e de práticas sociais excludentes, determinou-se o *Paradigma da Institucionalização da Deficiência*, o qual vigorou aproximadamente por oito

décadas, até a primeira metade do século XX. Seguindo o ideário e o modelo ainda vigente na Europa, de institucionalização, foram criadas as primeiras instituições totais: principalmente para a educação de pessoas cegas e de pessoas surdas.

Ainda conforme Aranha (2004, p.11), o *Paradigma da Institucionalização* permaneceu como modelo de atenção às pessoas com deficiência até meados da década de 1950, momento de grande importância histórica, no que se refere aos movimentos sociais e à proposição de direitos, no mundo ocidental. Tendo-se em conta a preocupação dos novos Estados Constitucionais com as garantias fundamentais de direito da pessoa humana, em um ambiente mundial de pós-guerra e de valorização do bem-estar social, os países participantes da Organização das Nações Unidas, em sua Assembleia Geral de 1948, elaboraram a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Essa Declaração serviu como documento de base de praticamente todos os movimentos de definição de políticas públicas de direitos e de atenção - por parte de governos e de organismos - às pessoas e às populações consideradas como *minorias* ou em situação de vulnerabilidade social, bem como de promoção social, de respeito e de reconhecimento às diferenças da humanidade.

Diante dessa convergência aos direitos humanos, conventos e asilos, seguidos por hospitais psiquiátricos, deixaram, aos poucos, de ser locais de confinamento, tornando-se ambientes para tratamento e reabilitação dos cidadãos - então vistos como *portadores de deficiência*. Na confluência disso, várias técnicas, instrumentos, recursos assistivos e de suporte surgiram ou foram aperfeiçoados, objetivando oferecer aos deficientes maior acessibilidade social e maior inserção no mundo da vida e do trabalho. Tenha-se como exemplo o desenvolvimento e a difusão das línguas de sinais, de instrumentos como as cadeiras de rodas, o código Braille dentre outros.

No caminho de melhorias em defesa dos direitos de inclusão das pessoas com deficiência, no fim da década de 1960, levantaram-se - por profissionais de diversas áreas, por pesquisadores e por pessoas e associações - diversas e contundentes críticas ao paradigma da *Institucionalização de Pessoas com Deficiência* (física, mental ou múltipla). Começaram então a ser implantados os serviços profissionais de suporte e de integração - especialmente, embora não exclusivamente - voltados para pessoas com deficiência motora e sensorial, visando prepará-las para uma inserção mais plena e independente na vida social.

2. Delimitação do tema

Considerando que o *paradigma tradicional da institucionalização* tinha fracassado na busca da restauração do *funcionamento normal* dos indivíduos com deficiência - nas suas relações interpessoais, na sua (re)integração à sociedade, na sua produtividade no trabalho e no estudo - iniciou-se, no mundo ocidental, por volta da década de 1960, o movimento pela *desinstitucionalização*. A *institucionalização* baseava-se na ideia da normalização e defendia a necessidade de se (re)introduzir na sociedade o cidadão com deficiência, procurando ajudá-lo a adquirir - a todo custo - condições e padrões de vida no nível mais próximo possível, ou análogo, ao que era considerado normal.

Seria o princípio da normalização o que tem como pressuposto básico a ideia de que toda pessoa com deficiência tem o direito de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria normal em sua própria cultura. A ideia inicial era a de “normalizar estilos ou padrões de vida”, mas isto foi confundido com a noção de tornar normais as pessoas com necessidades especiais (FERREIRA, 2004, p.?, grifos do autor).

As terapêuticas da normalização incutiram nas pessoas com deficiência a cultura do ajustamento *a todo custo* aos padrões e exigências funcionais da sociedade. Nas palavras de Mantoan (2004):

A normalização visa tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis, de um modo geral, ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade; implica a adoção de um novo paradigma de entendimento das relações entre as pessoas, fazendo-se acompanhar de medidas que objetivam a eliminação de toda e qualquer forma de rotulação (MANTOAN, 2004, p.?).

Na superação desse paradigma, foi dimensionado o novo conceito de *integração*¹, que tinha como proposta a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, mas para que isso ocorresse o mesmo indivíduo necessitava possuir a capacidade de superar as barreiras físicas², programáticas³ e atitudinais⁴ que se encontram na sociedade. Tendo como documento de base a *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes* (ONU, 1975), procurou-se um novo rumo para essa *integração*. No entanto, ainda prevalecia a ideia clínica de que essas pessoas podiam

¹ Integração = modelo médico da sociedade/ pessoas com deficiência devem se adaptar à sociedade.

² Barreiras Físicas: são as que impedem as pessoas deficientes de irem e virem para determinado local, também conhecidos como obstáculos (escadas, portas estreitas).

³ Barreiras Programáticas: Referem-se às políticas, regimentos, normas, leis e outros dispositivos que procuram ordenar condutas, programas e serviços.

⁴ Barreiras Atitudinais: Estão baseadas em preconceitos explícitos ou que a eles dão origem.

ser *normalizadas*, ou seja, (re)capacitadas para a vida no espaço comum da sociedade. Da segregação total, passou-se então a buscar a integração delas, depois de convenientemente capacitadas, habilitadas ou reabilitadas.

A esta concepção-modelo denominou-se *Paradigma de Serviços* - que se caracterizou, gradativamente, pela desinstitucionalização da vida dessas pessoas (as quais seguiam individuadas por suas respectivas deficiências e seus diagnósticos incapacitantes) e pela oferta de serviços de avaliação e de reabilitação globalizada. Na década de 1980 em diante, através dos mais recentes avanços na Medicina e de novas concepções educacionais, ademais do incremento dos meios de comunicação e nas tecnologias protéticas e ergonômicas, iniciaram-se novas e significativas transformações sociais com relação às pessoas com deficiência.

Surge muito rapidamente a ideia de *aldeia global*, definindo novos rumos nas relações entre países e sociedades diferentes. Na década de 1990, pode-se constatar que a diversidade passa a ser melhor entendida como princípio que enriquece e humaniza a sociedade - quando reconhecida, respeitada e atendida em suas peculiaridades. Passou, então, a ficar cada vez mais evidente que a manutenção de segmentos populacionais minoritários em estado de segregação social, ainda que em processo de atenção educacional ou terapêutica, não condizia com o respeito aos seus direitos de acesso e de participação regular nos espaços comuns da cidadania e da vida em sociedade, como também impedia a sociedade de aprender a administrar a convivência respeitosa e enriquecedora com a diversidade que propriamente a constitui.

Sassaki (1997) define inclusão social como um processo no qual a sociedade se adapta para poder incluir a pessoa com necessidade especial em seus sistemas gerais, entre eles na escola. Começou-se, então, a delinear a ideia da necessidade de construção de espaços sociais mais organizados e melhor planejados, mais acolhedores e mais inclusivos, objetivando atender ao conjunto de características e necessidades de todos os cidadãos, principalmente os de minorias históricas (étnicas, culturais, linguísticas, econômicas, sexuais), inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

Surge então, um novo modelo, denominado *Paradigma Inclusivo*, ou *de Suportes*. Mrech (2010) afirma que o princípio da inclusão teve seu início nos Estados Unidos. Em 1975, a Lei nº 94.142/75 estabeleceu por lá que a toda criança deveria ser assegurado o seu direito de ir à escola, mesmo aqueles casos considerados mais graves de deficiência não podiam mais justificar a alienação dos direitos das crianças deficientes ao exercício de sua

cidadania no acesso à uma vida comum. De acordo com Aranha (2004), este ideário associou a ideia da *diversidade* como fator de enriquecimento social e o respeito às necessidades de todos os cidadãos como pilar central de uma nova prática social democrática: a demandar a construção de espaços inclusivos em todas as instâncias de vida, de forma a garantir o acesso imediato e o mais pleno possível de todos - e favorecer a sua participação nos equipamentos, nos espaços, nas decisões e nas construções sociais, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, de seu tipo de deficiência e do grau de acessibilidade que seja requerido para a sua inclusão. Afinal de contas, o custo do planejamento de bens e de oportunidades para todos é da sociedade. A maior deficiência é sempre a de uma sociedade que exclui e que não consegue diminuir as suas injustiças e desigualdades.

Nesse novo e desafiador contexto *de inclusão* - da necessidade de garantias do acesso à diversidade e de reforma dos preconceitos -, o seguinte trabalho procura investigar se está ocorrendo a prática da mesma no ambiente escolar, por parte do Estado, da direção da escola, dos profissionais que trabalham promovendo a educação de jovens e adolescentes da zona rural. Tendo como base leis, decretos e estudos sobre o tema.

3. Justificativa

O presente trabalho justifica-se através do desejo de identificar, abordar e apresentar as dificuldades ainda enfrentadas pela escola de ensino médio da zona rural no cumprimento de leis que asseguram a inclusão, a autonomia e a permanência de adolescentes com deficiência no âmbito escolar, o mesmo busca observar e compreender os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam nessa área tão desafiadora - que exige total entrega, disponibilidade, interesse e sensibilidade. No decorrer deste trabalho, iremos expor algumas situações observadas e reladas em algumas visitas de campo, já realizadas no escopo da evidenciação dos indícios necessários à formulação das hipóteses de nossa pesquisa.

A escola contemplada para a realização deste trabalho foi a Escola de Ensino Médio João Alves Moreira, que se encontra no Distrito de Vazantes (zona rural) na Cidade de Aracoiaba – Maciço de Baturité – a mesma foi uma das primeiras escolas públicas da zona rural a ofertar assistência pedagógica às pessoas com deficiência através do Serviço de

Educação Especial o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e uma Sala de Recursos Multifuncionais, como está previsto no Decreto 7.611/2011.

A Escola João Alves Moreira foi contemplada como objeto desta proposta de estudo, em razão de que o primeiro contato e, conseqüentemente, o despertar do interesse por esta temática sobre a Educação Inclusiva e o AEE se deu através da mesma, em razão deste interesse por compreender os desafios da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência e do anseio em contribuir, de alguma forma, para essa inclusão do(a)s estudantes deficientes da escola foi que surgiu a proposta deste trabalho.

4. Problematização

Há um pouco mais de 10 anos, a proposta de inclusão mudou o sistema educacional, adotando assim um novo modelo de escola, - conhecida como escola de ensino regular - que traz como proposta o acesso livre e a garantia da permanência a todo(a)s. O(a)s aluno(a)s com deficiência devem ter o mesmo direito ao acesso aos espaços e situações de aprendizagem e a ele(a)s lhes deve ser assegurada a mesma educação oferecida aos considerados *normais*, dividindo o mesmo espaço - o que não existia antes. Dessa forma, as escolas devem se tornar *Escola para todos*.

Na consecução disso, nasce o AEE (Atendimento Educacional Especializado), que, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, é definido nos seguintes termos: “O Atendimento Educacional Especializado-AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos do ensino regular (MEC/SEESP,2008).”

Mas sabemos que nem tudo são flores, logo surgem alguns questionamentos como: Há alunos com deficiência realmente matriculados no ensino regular? Como professores foram preparados para receber esses estudantes? Existe alguma preparação e formação desses professores sobre metodologias de ensino inclusivas? Os professores e a escola contam com materiais didáticos e paradidáticos para os alunos com deficiência? Há um plano de formação para professores que atuam na educação básica visando o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as suas etapas e modalidades? Profissionais de serviços e apoio escolar têm formação específica para trabalhar com a educação inclusiva?

Como se percebe, os questionamentos são vários e sabemos que a realidade destoa do que deveria existir segundo a determinação legal. Na prática, ainda encontramos a resistência de certas direções para matricular alunos com deficiência em suas escolas, a existência da exclusão de certos alunos - mesmo matriculados nessas escolas de ensino regular -, entre inúmeras outras inadequações existentes. De acordo com Greco (2016), “as escolas precisam se adequar a essa realidade, tanto em infraestrutura como em mão de obra qualificada (2016, p.?).” Da mesma forma, os alunos consideramos *normais*, necessitam ter acesso a uma educação de conscientização que lhes possibilite uma reflexão sobre o tema inclusão e respeito ao próximo.

Dias (2013) afirma que “o paradigma da Educação Inclusiva é algo que tem possibilitado avanços significativos, principalmente em relação ao direito de pessoas deficientes à educação escolar (2013, p.?).” Indubitavelmente, as conquistas dos direitos que asseguram e viabilizam a inclusão de pessoas com deficiência – seja ela qual for – tem obtido resultados significantes, em contrapartida ainda existem muitos obstáculos a serem vencidos no contexto da acessibilidade, da inclusão escolar, do cumprimento de leis, contexto esse que não se restringe somente à questão da adesão de rampas, piso tátil, sistema Braille, intérpretes de Libras, criação de leis ou qualquer outro tipo de tecnologia assistiva que facilite ou possibilite autonomia na vida de pessoas com deficiência. A tarefa é mais complexa, em razão dos múltiplos fatores envolvidos - tanto no âmbito da aprendizagem quanto no da gestão escolar e dos sistemas de ensino. Além do histórico individual de cada adolescente, as escolas também apresentam características próprias, construídas ao longo do tempo.

Logo, a nossa proposta de pesquisa tem como foco entender como funciona o AEE e como ocorrem seus atendimentos, quais as suas contribuições para a promoção da inclusão na escola que estudaremos, assim como no desempenho escolar dos alunos assistidos. Além disso, procuraremos investigar como está se dando a aplicação das leis de inclusão na escola contemplada, para isso nos valeremos da análise de entrevistas realizadas e da observação de campo.

5. Objetivos

5.1 Objetivo Geral

- Compreender qual o papel do AEE na promoção da inclusão no ambiente escolar escolhido.

5.2 Objetivos específicos

- Analisar como se dá o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais e os atendimentos do AEE na escola João Alves Moreira;
- Averiguar o cumprimento das leis a respeito da inclusão no ambiente escolar.
- Verificar quais as contribuições que o Atendimento Educacional Especializado oferece no rendimento escolar dos assistidos, assim como suas colaborações no cumprimento das leis, provendo inclusão.

6. Hipóteses

Nesta pesquisa, trabalha-se com a hipótese de que promover a educação inclusiva ainda é um desafio a ser vencido todos os dias, constatando-se falhas na execução de leis que asseguram o direito de pessoas com deficiência a serem incluídas e respeitadas em sua diversidade. Nesse sentido, expor a importância dos atendimentos do AEE para os alunos com deficiência parece-nos uma necessidade de todos - deficientes ou não. Buscando compreender as causas das falhas existentes na execução das leis e decretos que asseguram a inclusão de pessoas com deficiência, em suma, procurar-se-ia trabalhar com a melhor compreensão a respeito da construção de espaços de mais efetiva inclusão e cidadania em benefício de todos.

7. Fundamentação teórica

O Brasil tem estabelecido políticas públicas e elaborado instrumentos legais que garantem e que buscam operar os direitos de inclusão de pessoas com deficiência. A transformação dos sistemas educacionais tem se realizado, ainda que aos poucos, para promover o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de

aprendizagem para todos os cidadãos, os quais invariavelmente, em um momento ou em outro de suas vidas, podem apresentar necessidades educacionais especiais.

Conforme Aranha (2004), uma sociedade se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Dessa forma, vai ganhando força a ideia de uma sociedade mais inclusiva. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza-se na educação a necessidade de se garantir o acesso, a permanência e a participação de todos, com acesso igual a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades ou das necessidades e potencialidades diversas de cada indivíduo e/ou grupo social.

Entre diversos autores que desenvolvem teorias relacionadas à educação inclusiva destaca-se Howard Gardner (1995), que a partir da teoria das inteligências múltiplas, impulsionou a visibilidade da noção de que cada indivíduo possui cada uma das inteligências propostas por ele, só que em graus variados. Ou seja: cada aluno tem seu potencial e sua maneira de aprender, e os mesmos devem ser percebidos em sua individualidade.

De acordo com Ferreira (2015):

A Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner impactou a maneira de pensar o processo educativo e acabou por influenciar muitas instituições de ensino que se basearam na sua teoria para propor programas locais e flexíveis, além da utilização de diferentes recursos e espaços para atender à diversidade. Além disso, o processo avaliativo teve de ser repensado, procurando deixar de lado os testes padronizados, os quais testam apenas uma pequena proporção das capacidades intelectuais (FERREIRA, 2015, p.24).

Conforme Gardner (1995, p.16), “uma escola centrada no indivíduo seria rica na avaliação das capacidades e tendências individuais. Ela procuraria adequar os indivíduos não apenas a áreas curriculares, mas também a maneiras particulares de ensinar esses assuntos”. Seguindo a corrente de pensamento desta teoria, anos mais tarde nasce no Brasil o Decreto nº 6.571/2008, que institui a política de financiamento para o Atendimento Educacional Especializado-AEE. De acordo com esse Decreto, “o Atendimento Educacional Especializado-AEE consiste no conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos do ensino regular (MEC/SEESP, 2008)”.

Este decreto ratifica, segundo seu artigo 1º, que:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (BRASIL, 2008).

Podemos listar as principais leis e decretos que proporcionam a propagação da educação inclusiva no Brasil, observa-se a evolução dessas leis, seus focos e público alvo. Os marcos legais nos possibilitam ter uma visão nítida dos impactos leis no decorrer dos anos, além de nos permitir observar a importância das lutas, reuniões, protestos e manifestações ocorridas por longos períodos, buscando resultados positivos e eficazes para a inclusão escolar de pessoas com deficiência.

7.1 Marcos Legais

Correspondem ao Ordenamento Jurídico, contendo as leis que regem a educação nacional, os seus princípios, diretrizes e parâmetros, dispondo sobre a organização dos seus sistemas, dos níveis e das modalidades de ensino, assim como dos direitos educacionais das pessoas com deficiência (disponível em: <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>), constituindo importantes subsídios para políticas públicas de aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros - indispensáveis à gestão dos sistemas, no cumprimento do dever do Estado em oferecer educação pública de qualidade a todos, sem qualquer tipo de distinção. Inclui leis, decretos, portarias e resoluções, dentre as quais se destacam as seguintes:

7.1.1 Leis

- 1988 Constituição da República Federativa do Brasil – Estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV).

Define, ainda, no seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento das pessoas, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, a mesma Constituição estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. O artigo 208, por sua vez, determina como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, com preferência na rede regular de ensino.

- 1989 Lei nº 7.853/89 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração. Define como crime de abandono material e intelectual recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua

deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator varia de um a quatro anos de prisão mais multa.

- 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 – O artigo 55 reforça os dispositivos legais supramencionados ao estabelecer que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.
- 1994 Declaração de Salamanca – Dispõe sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.
- 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional Lei nº 9.394/96 – No artigo 59, sugere que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para melhor atender às suas necessidades; garante a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para concluir o ensino fundamental em virtude de suas deficiências, a rapidez para a conclusão dos estudos aos superdotados. Ademais, é definida dentre as norma para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, V), e “(...) oportunidades educacionais adequadas, consideradas as características do alunato, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). O artigo 58, e seguintes, diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.
- 2000 Lei 10.098/00 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- 2001 Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB Nº 2/2001) – Definem que os sistemas de ensino têm o dever de matricular todos os alunos, incumbindo às escolas organizarem-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), contemplando, assim, o atendimento educacional especializado um suplemento ou complemento à escolarização.

- 2001 Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001 – Ressalta que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que assegure o atendimento à diversidade humana”.
- 2001 Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 – Declara que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos humanos e as mesmas liberdades fundamentais que qualquer outra pessoa, determinando como discriminação toda diferenciação e exclusão motivadas pela deficiência, que cause o impedimento ou anulação do exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.
- 2001 Lei 10.216/2001 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- 2002 Lei 10.436/02 – A Língua Brasileira de Sinais ganha reconhecimento e se torna um meio legal oficial de comunicação e expressão, é determinado que sejam garantidas maneiras institucionalizadas de apoiar seu uso e divulgação, assim como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de docentes e fonoaudiólogos.
- 2002 Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Determina as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, decreta que as instituições de ensino superior têm o dever assegurar em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade, com foco em conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.
- 2002 Portaria nº 2.678/2002 – Ratifica as diretrizes e normas para o uso, ensino, produção e disseminação do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, contendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a orientação para seu uso no território nacional.
- 2004 Lei 10.845/2004 – Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências – PAED.
- 2006 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – Apresentado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo

Ministério da Justiça e pela UNESCO. Tem como objeto, dentro das suas ações, estimular o uso de temáticas que trabalhem a deficiência e o desenvolvimento de ações afirmativas, possibilitando a inclusão.

- 2007 Plano de Desenvolvimento da Educação PDE – Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, implantação de salas de recursos multifuncionais e formação docente para o atendimento educacional especializado.
- 2011 Plano Nacional de Educação (PNE) – A meta 4 tem como proposta “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. Entre as várias estratégias está a de garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; promover a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; viabilizar a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.
- 2012 Lei nº 12.764 – Estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, e altera o § 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

7.1.2 Decretos

- Decreto 3.298/99 – Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Decreto 3.076/99 – Cria no âmbito do Ministério da Justiça o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE);
- Decreto 3.631/00 – Regulamenta a Lei 8.899/94, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual;
- Decreto 3.956/01 – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala).

- Decreto 5.296/04 – Regulamenta as leis de nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Decreto 5.626/05 – Regula a Lei de nº 10.436/02, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação e certificação de professores, instrutores e tradutores/interpretes de Libras, ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
- Decreto 6.094/07 – Determina dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia ao acesso e permanência no ensino regular e ao atendimento às necessidades educacionais especializadas dos alunos, fortificando a inclusão educacional nas escolas públicas.
- Decreto 6.571/08 – Concede diretrizes para o estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado no sistema regular de ensino, escolas públicas e privadas.
- Decreto 7.611/2011 – Dever de o Estado garantir serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

7.1.3 Portarias – MEC

- Portaria 1.793/94 – recomenda a inclusão da disciplina Aspectos Éticos – Políticos – Educacionais na normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas.
- Portaria 319/00 – Institui no Ministério da Educação, com vinculação à Secretaria Especial/SEESP, a Comissão Brasileira do braile, de caráter permanente.

Resolução 02/01 – Conselho Nacional de Educação – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Aviso Circular nº 277/96 – Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais

Parecer Nº 17/01 DO CNE/ Câmara de Educação Básica – Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

8. Metodologia

O presente trabalho, baseado na metodologia qualitativa, busca compreender e analisar o cumprimento de leis que asseguram a inclusão de adolescentes com deficiência no ambiente escolar escolhido, bem como observar e estudar o funcionamento da sala de recursos multifuncionais e os atendimentos do AEE, presentes na Escola de Ensino Médio João Alves Moreira, em Vazantes, Aracoiaba-CE.

[...] a pesquisa qualitativa introduz um novo sentido dos problemas; ela substitui a pesquisa dos fatores e determinantes pela compreensão dos significados. Ela opera, poderíamos dizer, em duplo deslocamento na pesquisa social; isto é, da instituição à comunidade, e do profissional ao usuário. Este deslocamento do ponto de referência faz com que as categorias de percepção e de análise, estabelecidas pela organização ou pelos agentes profissionais, sejam deixadas em suspenso, reexaminadas, e frequentemente substituídas por análises e conceitos que recorrem mais às redes sociais e às estratégias dos atores, do que às suas representações e às suas trajetórias; isto é, à diversidade da vida social da qual eles são parte integrante. Atenta às especificidades socioculturais das clientela e dos usuários, a pesquisa qualitativa força a repensar o estudo das necessidades não mais segundo indicadores de medida, mas sim, segundo as especificidades socioculturais dos meios de vida (GROULX, 2010, p.98).

A proposta desta pesquisa já foi, na verdade, iniciada com as leituras e os estudos de leis e decretos, bem como pela busca de autores que abordam o tema. Após obter certo conhecimento do assunto, seguiu-se à aplicação piloto de algumas entrevistas, com os seguintes objetivos prévios: averiguar fatos e fenômenos, identificar opiniões dos profissionais e dos adolescentes assistidos pelo AEE, descobrir os fatores que influenciam ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas dos(as) entrevistados(as). Podemos afirmar que as entrevistas foram de suma importância para resolução e estabelecimento dessa proposta de pesquisa, pois com a ajuda das mesmas pôde-se obter contribuições significativas, ainda que provisórias, para o andamento da pesquisa em busca de seus resultados finais.

A escolha pela aplicação de entrevistas se deu pelo fato das mesmas possibilitarem uma contribuição mais ampla e livre na obtenção de dados e informações, ao proporcionar um contato mais próximo com o objeto de estudo e uma melhor compreensão dos resultados.

Segundo Andrade (2010, p.131), “a entrevista constitui um instrumento eficaz na recolha de dados fidedignos para a elaboração de uma pesquisa”. De acordo com Barros (2007, p.109), “quando se opta pela entrevista há oportunidade de se obter dados relevantes e mais precisos sobre o objeto de estudo”.

Portanto, já foi entrevistado, ainda que de maneira informal, o diretor da escola escolhida, professor e diretor Francisco Carlos Sousa da Silva, também a pedagoga que faz os atendimentos do AEE, Madalena Dias, a ex-aluna Carla Santos Oliveira e a sua mãe Francisca Pereira dos Santos. A escolha dos entrevistados se deu pela importância de se ter de ouvir, observar e constatar visões diferentes do mesmo serviço. Desse modo, já foi possível compreender as causas de prováveis inconsistências na prestação do AEE e abordar casos que obtiveram êxito.

ENTREVISTADAS (O):

- Francisco Carlos Sousa da Silva (Diretor);
- Carla Santos Oliveira (Aluna);
- Francisca Pereira dos Santos (Mãe);
- Madalena Dias (Pedagoga);

A entrevistada é uma ex-aluna da Escola de Ensino Médio João Alves Moreira, a mesma é portadora de paralisia cerebral – Dificuldade motora e déficit parcial cognitivo. A aluna recebeu os atendimentos ofertados pelo AEE até o final de sua trajetória no ensino médio como é previsto no decreto 7.611/2011, estes atendimentos deram início desde o funcionamento da sala de recursos multifuncionais em agosto de 2012.

Foi realizada duas etapas na entrevista, a primeira se deu online somente com a aluna, onde ocorreu nosso primeiro contato, e a segunda ocorreu pessoalmente com a aluna e sua mãe. A entrevistada abordou suas experiências antes, durante e depois dos atendimentos, a mesma expõe o quão difícil era lidar com o preconceito dos colegas e suas dificuldades em acompanhar sua turma no processo de aprendizagem, ela chegou a comentar a falta de atitude por parte da direção da escola e alguns professores em algumas ocasiões em relação aos

constrangimentos que a mesma sofria pelo fato de ser deficiente e por ser considerada diferente dos demais.

Ela relatou sua evolução pedagógica e pessoal, após iniciar os atendimentos ofertados pelo AEE, segundo a entrevistada os atendimentos foram essenciais para seu desenvolvimento escolar e pessoal, pois a partir deles ela conseguiu lidar melhor com suas dificuldades, conseguiu entender que ela é capaz de realizar qualquer tarefa – Em seu tempo, a jovem demonstra através de suas respostas que se sente confiante, determinada, a mesma faz essa afirmativa quando relata que antes de receber os atendimentos ela vivia nos cantos da escola, isolada, sem perspectiva, sem amigos, sem ânimo e principalmente sem confiança em si mesma.

É observado o carinho e gratidão que a aluna Carla sente pela pedagoga – Madalena Dias, que lhe atendia no AEE e acompanhou todo o processo de evolução da aluna. A mesma descreve os atendimentos realizados como maravilhoso, ótimo, produtivos, ela menciona que sente saudades da pedagoga e dos atendimentos, pois esse era um dos poucos lugares que segundo ela sentia-se bem e confortável, lugar este onde ela aprendeu a se valorizar, a repassar para o próximo que suas dificuldades devem ser respeitadas, que ela é como qualquer outra pessoa e acima de tudo que ela é capaz.

Foi dada ênfase do começo ao fim da entrevista a importância dos atendimentos para a jovem, a mesma faz questão de mencionar todos os momentos importantes que ela vivenciou no ensino médio, e suas mudanças e conquistas a partir dos atendimentos. Também foram mencionados alguns momentos desagradáveis que ocorreram no decorrer de sua formação nesta escola. Ela relata que sofria muito bullying de seus colegas, as vezes era presenciados por alguns professores, mas nada era feito a respeito. Ela relatou que por vezes recorria a pedagoga para lhe ajudar, por vezes resolvia temporariamente, por vezes não adiantava nada. Isso ocorreu por vezes mesmo após iniciar os atendimentos, mas com o tempo e os trabalhos de conscientização esses ocorridos foram diminuindo gradualmente, não foi totalmente extintos, pois se tratam de adolescentes que tendem a implicar com o que é considerado diferente como é o caso da aluna entrevistada.

A aluna relata que está atualmente fazendo uma graduação em Recursos Humanos onde ela consegue perceber que seu desempenho e rendimento encontram-se satisfatórios, desde os atendimentos a mesma encontra-se ainda com um pouco de dificuldade em realizar cálculos.

A segunda parte da entrevista se deu na casa da estudante com a presença e contribuições de sua mãe (Francisca Pereira dos Santos). Assim como Carla havia comentado, Francisca também falou sobre a importância dos atendimentos na vida de sua filha e a importância da pedagoga Madalena para o desenvolvimento e continuidade da mesma na escola. Um fato me chamou a atenção - A mãe da estudante afirmou que foi ela mesma quem buscou informações sobre o AEE e se sua filha (tinha direito) de receber os atendimentos. Esse fato aguçou meu instinto crítico, pois é previsto na **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009:**

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – *identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de Acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial (grifos nossos).*

O mais surpreendente é o fato da aluna apresentar visivelmente suas limitações, já que a mesma foi diagnosticada desde bebê com paralisia cerebral, onde foi afetado o lado esquerdo do seu corpo limitando alguns movimentos e afetando parcialmente sua capacidade cognitiva. Foi abordado todo o processo escolar de Carla, suas dificuldades, o bullying sofrido em todos esses anos, sua dificuldade em fazer amizades e de interagir. Conclui-se que foi de grande importância esse contato com a aluna e sua mãe, pois a partir dos relatos houve uma melhor compreensão do assunto, do processo ocorrido e dos resultados.

A segunda entrevista foi realizada com o diretor da Escola de Ensino Médio João Alves Moreira, Francisco Carlos Sousa da Silva. O referido diretor encontra-se a frente da direção desta escola desde 2009. O mesmo relata que a Sala de Recursos Multifuncionais chegou a escola um pouco antes de sua posse, ele demonstra pouco domínio a respeito do Decreto 7.611/2011, justificativa dada foi a de que o mesmo é responsável por todo o funcionamento da escola, logo são muitas coisas a se preocupar. A partir desta indagação surge um incomodo a respeito, se o mesmo está à frente de decisões importantes da escola, seria sua obrigação exercer o domínio sobre assuntos importantes como o AEE?

Em seguida foi feito o seguinte questionamento: O que é efetivamente feito – ou deixa-se de fazer – de modo a ser-lhes garantida uma educação de qualidade, em condições de igualdade com a maioria, na rede regular de ensino? R: O que a direção conseguiu realizar até o presente momento foi adaptações na infraestrutura da escola (só não conseguiram realizar nos banheiros), projeto diretor de turma que trabalha promovendo a formação de cidadãos,

Núcleos de Trabalho e Pesquisa Sociais – NTPS – Onde é utilizado essa disciplina para o desenvolvimento de projetos que abordam pesquisas sobre diferenças. Oferta de cursos a distância realizados pela Plataforma Demócrito Rocha. Segundo Carlos as imperfeições no sistema são diversas, a carga horária ainda é considerada insuficiente, falta de materiais de tecnologia assistiva, falta de repasse da SEDUC para equipamentos do AEE e manutenção da Sala de Recurso Multifuncional, adaptações incompletas, falta de oferta para formação dos docentes na área da educação inclusiva.

Conclui-se que desafios não faltam a ser vencidos no contexto desta escola, apesar da ausência do domínio do assunto por parte do diretor existe uma rede envolvida onde precisa-se trabalhar em união, não cabe a pesquisar julgar a conduta do diretor, compreende-se que existe complexidades envolvidas a respeito da execução das leis.

Para finalizar as entrevistas houve um momento de diálogo com a pedagoga Madalena Dias, professora responsável pelos atendimentos do AEE na escola contemplada para a realização da pesquisa, foi observado seu interesse pela inclusão, o domínio que a mesma apresenta a respeito das leis e do trabalho que ela executa. Iniciou-se a entrevista como se deu a trajetória de Madalena na Educação; ela conta que iniciou sua carreira como docente na área da biologia, depois de algum tempo lecionado na área que havia se formado, a mesma sentiu necessidade de se ter contato com a pedagogia.

Ela relata que: “Sem dúvidas foi uma das melhores escolhas que fez em sua vida e que todos os professores deviam em algum momento de suas carreiras de docentes fazer o mesmo, pois este contato com a pedagogia permite um novo olhar sobre o exercício da docência e sobre seus alunos”. Ela também relata que foi com a pedagogia que a mesma se interessou na área da educação inclusiva.

Foi relatado o desenvolvimento e os acompanhamentos da ex-aluna Carla, suas dificuldades, seus avanços. Assim como foi abordado pela professora às dificuldades existentes para executar a lei, como a mesma comentou: “Tudo gira em torno de uma rede de parceiros, se essa rede não funciona a escola e os atendimentos por si só não serão tão eficazes como deveria ser.” Essa rede citada pela professora diz respeito ao funcionamento do AEE, que segundo o Decreto 7.611/2011, os atendimentos devem ser multidisciplinar, fazendo parte dessa equipe um (a) pedagogo (a), um (a) psicólogo (a), um (a) assistente social, a família do adolescente, a direção da escola. Por se tratar de um distrito (zona rural) e

seu difícil acesso ainda a coisas básicas, compreende-se a série de fatores que dificultam cada vez mais a execução de leis.

Ponto importante da entrevista diz respeito às formações recebidas exclusivamente pelos pedagogos (as) que atendem no AEE ofertadas pela 8ª CREDE. Madalena ressalta a importância de todos os professores que fazem parte do corpo docente da escolar receber as formações sobre educação inclusiva, como trabalhar as diferenças em sala de aula e no ambiente escolar, como trabalhar com um aluno com deficiência. A mesma relata que em diversos momentos dessas formações houve diversos pedidos para que existisse a demanda para os outros docentes, mas sempre é negado com a justificativa de que não há verba suficiente para que isso ocorresse. Também exposto que o material utilizado para as formações não eram adequados, pois os mesmos se referem a crianças enquanto as escolas atendem adolescentes, as repetições dos conteúdos nas formações também foi um ponto criticado.

Podemos concluir que mesmo havendo casos bem sucedidos, ainda tem muito trabalho a ser realizado, muita fiscalização e conscientização por parte dos órgãos executores destas leis. É triste saber que ainda existe muito falta de respeito às diversidades, mas infelizmente ainda é constatado em diversas pesquisas, estudos de caso entre outros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação*. 10. Ed. São Paulo: ATLAS S.A, 2010, p.131-132.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, janeiro de 2008.
- BARROS, Aidil. LEHFELD, Neide. *Fundamentos da metodologia científica*: 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 109.
- Educação inclusiva: v. 1: *a fundamentação filosófica*. Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28p.
- FERREIRA, LP; BEFI-LOPES, DM; LIMONGI, S. C. O. (Orgs). *Tratado de Fonoaudiologia*. Roca: São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Micelane. *A Utilização da Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva na EEM Almir Pinto Ocara: Impactos e Contribuições*. 2015. 51f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto UFC Virtual, Universidade Federal do Ceará. Aracoiaba.
- GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- GROULX, Lionel-H. *Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social*. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H. et al. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MANTOAN, E. *Integração x inclusão: Escola (de qualidade) para todos*. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/ef2/artigos/2008/integracao-x-inclusao-escola-de-qualidade-para-todos>. Acesso em: 13 de julho de 2017.
- MRECH, L. M. *O que é educação inclusiva?* Disponível em: http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm. Acesso em 14 de julho de 2017.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/legislacao/>. Acesso em: 11 de abril de 2017
- Disponível em: <http://aeeufc2013marcia.blogspot.com.br/2013/07/a-importancia-do-aee-no-desenvolvimento.html>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.
- Disponível em: <https://blog.institutocotemar.com.br/os-grandes-desafios-da-educacao-especial-inclusiva/>. Acesso em: 09 de novembro de 2017.
- Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato20072010/decreto/D6571impressao.htm>. Acesso em: 15 de Novembro de 2017.

ENTREVISTAS

Ex Aluna da Escola De Ensino Médio João Alves Moreira – Carla Santos Oliveira,
19 anos.

ENTREVISTA ONLINE

1. Como se deu sua vida escolar nesses três anos na João Alves Moreira?

R: Para ser sincera minha vida escolar sempre foi complicada e cheia de obstáculos desde o começo, no ensino médio não foi diferente, tive que lidar com muitos problemas com os colegas, com alguns professores, situações de Bullying. Ninguém aceitava minha opinião, ninguém me entendia.

2. Você pode me contar um pouco como era essa sua relação com os professores?

R: Então como falei tive problemas com alguns professores, problemas com atividades, trabalhos, alguns deles não tentavam entender minha situação. Eu me sentia mal por muitas vezes ser esquecida dentro de sala de aula, às vezes alguns professores fingiam que eu não estava ali. Eles não sabem lidar com alunos deficientes.

3. E sua relação com os colegas de turma?

R: Já não gostava de ficar com todo mundo, sofri muito bullying, fazia trabalhos só sem equipe porque meus colegas de turma não queriam fazer trabalhos comigo. Então eu sempre optava por fazer meus trabalhos individuais. Existia um rapaz que também era deficiente que os colegas preferiam fazer trabalhos com ele do que comigo, eu nunca era escolhida.

4. Isso ocorria mesmo com os acompanhamentos?

R: Sim. Era recorrente, a Madalena sempre ia à sala, falava com os professores e com a coordenação, mas sempre voltava a acontecer. Eu percebia que eles não se importavam comigo.

5. Então pelo que percebi, a Madalena era uma espécie de conciliadora?

R: Sim ela me ajudava com tudo isso, na verdade ela foi mais do que isso ela é muito especial pra mim, pois era a única que sempre estava ao meu lado me apoiando. Ela marcou minha vida, não tenho nem palavras.

6. Já que citou sobre a pedagoga Madalena, gostaria que relatasse como ocorriam os atendimentos do AEE.

R: Eles ocorriam duas vezes por semana, em Vazantes, mas como moro no distrito de Capivara e ficava longe meu deslocamento, decidimos mudar para o anexo da escola no distrito de Ideal, também era duas vezes por semana.

7. Nesses atendimentos vocês usavam computador?

R: Sim, usávamos o notebook que a escola ganhou para usar nos atendimentos, a gente usava para fazer meus trabalhos, estudar para o ENEM, e para atividades dos atendimentos.

8. Você recebia acompanhamentos com o psicólogo e com assistente social?

R: Sim. Mas era de maneira compartilhada, o psicólogo atendia todos os alunos juntos.

9. Com qual Frequência e como ocorriam esses acompanhamentos?

R: Os atendimentos ocorriam no CRAS de Ideal, era marcado por eles, aí a Madalena nos avisava, não tinha uma data certa, dependia da disponibilidade do CRAS, geralmente era uma vez por mês. A gente recebia o atendimento dos dois, tanto psicólogo como da assistente social.

10. Como você se sentia antes dos atendimentos?

R: Antes eu era uma pessoa desanimada, não tinha autoestima, era muito isolada de todos, muito tímida, não acreditava no meu potencial eu também era muito impaciente e explosiva.

11. Particularmente você observou alguma mudança pessoal e pedagógica após os atendimentos?

R: Eu percebi muitas mudanças, aprendi muito com a Madalena, todos os dias ela me ensinava a superar tudo isso e até hoje ela me ajuda muito, com alguns meses recebendo os

atendimentos, me tornei mais participativa, menos impaciente, aprendi a manusear o computador, hoje posso dizer acredito em mim e meu potencial, minhas notas melhoraram e meu rendimento também.

12. Como você classificaria os atendimentos?

R: Pra mim eram ótimos, eu me sentia muito à vontade, por mim eu teria todos os dias. Faz dois anos que conclui o ensino médio, agora não posso mais receber os atendimentos fico triste por isso pois, eu gostava muito, tenho vontade de voltar. Estou um tempo parada sem estudar, mas se Deus quiser vou começar a faculdade de RH, vou voltar a ocupar meu tempo.

13. Você sabia que como você vai voltar a estudar, você tem o direito de voltar a receber os atendimentos?

R: Não. Eu não sabia mesmo, muito obrigada por me informar, vou buscar falar com a Micelane sobre isso.

ENTREVISTA PRESENCIAL

14. Ocorreu algum diagnostico ou diálogo por parte da direção da escola ou a pedagoga com sua mãe para que você começasse a receber os atendimentos?

R: Não teve diagnostico, mesmo minhas limitações sendo visíveis, ninguém procurou minha mãe, ela mesma que soube dos atendimentos e buscou saber se eu tinha direito a eles. Foi quando a direção da escola explicou a ela que sim e resolveram todas as questões e eu comecei a ser atendida pelo AEE.

15. Como você falou do ensino médio e atualmente está cursando ensino superior, pode relatar um pouco da sua nova experiência?

R: Sim, no ensino superior é totalmente diferente os professores tem uma maturidade muito maior pra lidar com alunos especiais, ao contrário do ensino médio, todo mundo gosta de mim os colegas fazem questão de fazer trabalhos comigo, todos me respeitam, me tratam bem. Minhas notas são melhores do que as do ensino médio.

16. No ensino médio, depois que você começou a ser acompanhada você viu alguma mudança por parte dos professores e de seus colegas?

R: Houve uma melhora nas atitudes deles, mas havia uma resistência muito forte pra me aceitarem, pra me entenderem. Pra mim terminar o ensino médio foi uma luta, foi muito conturbado, tive que passar por muitas coisas pra eu vencer e chegar ao ensino superior.

17. Você poderia fazer uma retrospectiva da sua trajetória no ensino médio desses três anos que você ficou lá avaliando a importância do AEE para seu desenvolvimento escolar?

R: O AEE ajudou bastante, sem ele teria sido mais difícil. Na verdade mesmo com os atendimentos era difícil em alguns aspectos, mas sem ele seria muito mais difícil enfrentar essa etapa.

18. Você sentia que os materiais usados nos acompanhamentos eram adequados as suas necessidades, você se sentia à vontade usando-os?

R: Era adequados, eu me sentia bem confortável usando-os e descobrindo coisas novas.

19. Você percebia de a pedagoga tinha domínio com os materiais usados?

R: Sim ela tinha perfeitamente.

20. Como você já relatou a Madalena sempre procurava ajudar nas questões de conflitos em sala de aula, pelo fato dela te acompanhar, saber quais são suas necessidades, e suas dificuldades, ela sempre tentava te ajudar a resolver os conflitos, ela te apoiava e tentava mostrar para os outros que você é normal, mas eu gostaria de saber por parte da direção quando havia esses conflitos como eles se comportavam?

R: Eles ficavam do lado dos outros (colegas, Professores, ou outros profissionais da escola), a própria direção me rejeitava (Coordenadora do anexo de Ideal), do meu lado eles nunca ficaram, nunca me apoiaram. Mesmo quando eu tinha todas as provas a direção nunca acreditava em mim.

ENTREVISTA PRESENCIAL

Mãe da ex-aluna – Francisca Pereira dos Santos, 40 anos.

1. Como ocorreu o diagnóstico da Carla?

R: Foi logo após o parto, percebemos que tinha algo errado, levaram ela depois voltaram com o diagnóstico. Desde então fazemos o tratamento dela no Hospital Infantil Albert Sabin, com o neurologista.

2. A senhora pode me contar como foi a trajetória de vocês duas, após o diagnóstico, como foi conviver com as dificuldades e limitações de sua filha, a vida escolar dela.

R: Foi complicado pra gente se adaptar e tudo, mas sempre fiz e faço tudo pela minha filha, começamos os acompanhamentos no Albert Sabin, levo sempre que precisa ela para as consultas, fisioterapias, a coloquei na escola, por minha vontade, por que se dependesse dos próprios familiares ela já teria desistido de estudar, não sairia nem de casa. Muita gente que nos conhece admira minha luta com ela, por que sempre é primeiro ela, sempre é vontade dela. Ela quer fazer um curso, a gente vai atrás pra ela fazer, sempre foi assim, na escola não foi diferente, ela sempre pedia mãe quero estudar e sempre do lado dela, ia deixar na escola, ia buscar, nunca faltei uma reunião, a não ser que tivesse uma consulta dela marcada, mas mesmo assim eu avisava antes, ia deixar atestado para comprovar. Eu lembro que teve uma época que foi muito difícil pra ela na escola, quando ela estudava no ensino fundamental aqui em Capivara, algumas crianças ficavam imitando o andado dela, ela ficava muito brava, e eu percebia que ela não recebia atenção em sala de aula por parte dos professores. Eu sempre ia principalmente quando tinha provas, ia pra observar, um dia eu testemunhei (ensino fundamental) em uma aplicação de prova, a professora tirando as dúvidas dos outros alunos, quando minha filha falou que tinha dúvida ela respondeu: “Ah Carla faça o que você souber!”. Eu fiquei só observando, não fui ajudar ela por que eu não tenho estudo, se eu soubesse ensinar a ela eu teria ido imediatamente ensinar a ela. Eu achei injusto! Eu deixei passar, quando foi um dia eu cheguei lá, ela estava em frente ao computador chorando, não lembro se foi o professor ou foi o diretor, a colocou diante do computador mostrando as notas dela e dizendo assim: “Esta ai Carla você não vai passar”, e ela é muito preocupada, sempre quando tem prova ela fica doente, preciso levar no hospital, ai nesse dia ela estava aos prantos me mostrando às notas. Nesse dia cheguei ao meu limite, fui à noite à casa do diretor, reclamei e pedi para ele avisar que teria uma reunião que eu estava pedindo essa reunião, o coordenador na mesma noite veio aqui em casa e pediu desculpas disse que aquilo não deveria ter acontecido. Eles fizeram a reunião e o diretor olhou pra mim na reunião e disse assim: “Francisca você ver melhor, na sua casa você ver melhor o que está acontecendo com sua filha em sala de aula do que o próprio professor”. Eu olhei pra ele e disse assim: “Como é a

história? Se eu estivesse vendo o que minha filha estava passando você acha que eu ia ficar em casa? Claro que eu teria vindo aqui! Como é que uma professora está em sala de aula com os alunos de portas fechadas e não está vendo o que acontece com os alunos, eu lá da minha casa vou está vendo? Não tem como! De jeito nenhum!”. No ensino fundamental sempre foi muito complicado, tu não tem noção do que essa menina já passou, e sempre acontecia então foi se tornando aquela coisa chata, por que sempre eu estava indo a escola, acontecia uma coisa eu estava lá.

Terminou ensino fundamental foi para o Ideal fazer ensino médio, no começo estava tudo bem, mas depois de um tempo só problema em cima de problema, e eu sempre ali tentando resolver os problemas, por que se fosse pelo povo mesmo já teria tirado essa menina a escola, e eu dizendo ela quer ir ela vai, teve professores daqui mesmo (Capivara) que olhavam pra ela e diziam assim: “Mas ela tem que saber lidar, por que se não quando ela estiver na faculdade? Ela tem que aprender logo aqui. Por que ela vai enfrentar vários obstáculos.” Eu dizia quando for na faculdade é na faculdade, agora vocês tem que aprender a lidar com ela é o agora, ela ainda não está na faculdade, e pra você ver foi totalmente diferente na faculdade, todos gostam dela, não tive problemas com nada até então, agora tá tudo dando certo! Ela terminou o ensino médio com a ajuda do AEE e principalmente da Madalena.

3. O que a senhora achava dos atendimentos do AEE e da pedagoga Madalena Dias?

R: Por mim mesmo ela nunca teria parado os atendimentos do AEE, logo quando ela concluiu o ensino médio eu busquei me informar com a Madalena se ela podia continuar sendo atendida. Sinceramente a Madalena ajudou muito minha filha, quando a Carla tinha problemas com notas, ou estava doente por conta das provas ela sempre nos ajudou, questionava com os professores, explicava a situação da Carla. Houve uma vez minha filha tirou uma nota boa, o próprio professor baixou a nota dela, devido creio eu pelo fato dela ser explosiva quando se desentendia com algum colega ou com algum professor ela discutia logo, ela não conseguia conversar, ai tu sabes que quando principalmente professor pega marcação no aluno já era, o quanto eles poderem te prejudicar eles prejudicam. A Carla tinha como provar que tinha tirado nota boa, a Madalena também tinha prova disso, ai a Madalena foi conversar com o professor e mostrou a prova, graças a Deus conseguiram resolver. Assim posso te dizer que no ensino médio foi menos complicado pra gente por conta do AEE e da

Madalena que ajudou demais minha filha, tirando a questão do transporte pra ir deixar ela e buscar, que eu cheguei a comentar com a Madalena que seria bom um transporte fixo para os alunos do AEE, e ela me explicou as dificuldades que a escola tinha, mas que realmente seria ótimo esse transporte, e tirando a questão do anexo de Ideal não ter aquela sala que tem em Vazantes, por que se tivesse seria melhor de trabalhar com eles, na minha opinião, tirando isso os atendimentos Madalena foram muito importantes pra minha filha, eu só tenho que agradecer.

ENTREVISTA PRESENCIAL

Diretor da Escola de Ensino Médio João Alves Moreira – Francisco Carlos Sousa da Silva.

1. Quando a escola foi contemplada com a Sala de Recursos Multifuncionais?

R: Em 2008, mas os materiais chegaram a escola em 2009 quando a atual gestão assumiu e após a admissão e preparação da pedagoga.

2. O que é efetivamente feito – ou deixa-se de fazer – de modo a ser-lhes garantida uma educação de qualidade, em condições de igualdade com a maioria, na rede regular de ensino?

R: O que é realizado para promover a igualdade dentro do ambiente escolar nos anos de minha gestão foram: A adesão de rampas, portas mais largas, os atendimentos do AEE, projeto diretor de turma que trabalha com a formação cidadã, Núcleo de Trabalhos e Pesquisas Sociais – NTPS (Desenvolvendo projetos que abordam pesquisas sobre diferenças); esses são alguns mecanismos usados e disponibilizados na escola para a promoção da igualdade e respeito as diferenças. Em contra partida reconhecemos várias falhas no decorrer desses processos bem como: Carga horária insuficiente, pois sabemos que quatro horas é muito pouco para que o aluno absorva tudo que está a sua disposição, também é tempo insuficiente para que possamos promover ações que não atrapalhem o período letivo, condições adequadas para a Sala de Recursos Multifuncionais como, ar condicionado, materiais em falta TAs, entre outros quesitos necessários, adaptações incompletas na arquitetura da escola (no caso dos banheiros, até hoje não conseguimos fazer a reforma necessária), falta de repasse da SEDUC para equipamentos do AEE, que é muito recorrente.

3. Serviços complementares que são disponibilizados?

R: Trabalhamos em sala de aula o programa de Educação Inclusiva e oferta de cursos disponibilizados na plataforma Demócrito Rocha.

4. Como funciona o atendimento com tecnologias assistivas?

R: Eles são ofertados pelo AEE, os alunos que são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais que tem o contato com as TAs.

5. Qual a atuação política dos gestores (Diretor, Coordenador) no envolvimento de elaboração de adequações, dinamizações e flexibilizações didático-curriculares no atendimento à inclusão de jovens e adolescentes deficientes no ambiente e nas situações regulares de ensino?

R: Nossa gestão desde o início em 2009 procura incluir todos sem distinção, antes do AEE podemos observar como era mais complexo elaborar mecanismos adequados para nossos alunos com deficiência, assim como solucionar situações corriqueiras que envolviam bullying, atualmente ainda encontramos algumas dificuldades, pois ainda é seguido um modelo de grade curricular disponibilizado pela CREDE 8, onde não podemos fazer modificações significativas o que dificulta bastante promover uma inclusão de fato, mas com a adesão do AEE, conseguimos com o auxílio da pedagoga Madalena Dias promover uma participação mais eficaz dos alunos que até então eram considerados atrasados (pois nosso modelo ainda é bastante tradicional) e consequentemente melhores resultados.

6. Qual é a previsão do projeto político pedagógico da escola com relação à diversidade, ao respeito, ao reconhecimento, à valorização e a inclusão da alteridade e da diversidade em seu fazer pedagógico?

R: É complicado responder determinadas questões, pois como tenho que cuidar de tudo ao mesmo tempo, tenho diversos problemas para enfrentar e resolver todos os dias. Não iria conseguir responder precisamente.

ENTREVISTA PRESENCIAL

Pedagoga do AEE – Madalena Dias

1. Como se deu sua trajetória docente?

R: Eu comecei com a Licenciatura em Biologia que é uma área que me interessa, desde minha graduação que eu trabalhava com crianças do 6º ao 9º ano, não tinha contato exatamente com adolescentes. Surgiu um concurso na E.E.M. João Alves Moreira eu tentei e fui selecionada para atuar em minha área, quando eu entrei na João Alves já estava cursando pedagogia na UFC, conclui o curso, algum tempo depois surgiu à proposta pela direção da escola para atender na Sala de Recursos Multifuncionais, pois eu era a única pedagoga da escola, não sabia exatamente o que era o AEE, mas busquei estudar sobre para ter certeza se eu iria dá conta do que me foi confiado, estudei bastante sobre o tema, me apaixonei pelo projeto, só que havia um problema, eu não possuía capacitação suficiente para tomar posse, então o Estado custeou minhas formações, que foram muitas, aprendi a dominar libras, tive contato e aprendi a usar e ler Braille, tive cursos para aprender a manusear as TAs, os softwares, e recebo - assim como os outros pedagogos que trabalham no AEE em outras escolas - uma formação continua como lidar com cada deficiência, como conversar com a família. Não me arrependo de ter aceitado o desafio, pois pra mim particularmente foi um grande desafio, amo o que faço, mesmo com as dificuldades enfrentadas todos os dias.

2. Na sua opinião qual a importância do AEE para esses alunos que se tornam atrasados por culpa do sistema que ainda exige que eles se adequem ao meio sem ao menos tentar o contrário, e qual importância o mesmo tem para a escola?

R: O AEE veio para somar, ele ainda é falho temos que assumir, mas com o pouco que nos é o disponibilizado já conseguimos resultados significantes como: Um bom rendimento dos alunos deficientes, promovendo para o mesmo a satisfação de estar onde merece está por mérito deles, pelo fato deles terem ofertas de condições pare que alcançassem o mérito, para eles é gratificante saber que conseguiram por que sabem, por que tentaram e não por que é deficiente e as pessoas tem pena. Conseguimos acompanhar de perto a evolução visível de muitos alunos, um dos casos que chama mais a atenção é da ex-aluna Carla, ela era muito retraída pelo fato de ter sofrido muito na antiga escola, e na João Alves também, ela possuía um problema grave de autoestima, ela não acreditava muito no potencial dela, talvez passou a vida toda ouvindo dos professore que não era capaz, ela era muito explosiva, temperamental

era o mecanismo de defesa dela. Trabalhamos tudo isso nesses três anos que ela esteve conosco, trabalhamos no início também o uso do computador que ela não dominava até então, trabalhamos muito sua dificuldade em memorizar, dificuldades na matemática, e trabalhamos muito com o diálogo. Podemos dizer que mesmo com falhas existentes na escola, no sistema de ensino, nas leis e efetivação da mesma a aluna é considerada um caso modelo. Hoje ela encontra-se cursando ensino superior, está digamos outra pessoa, pedagogicamente e pessoalmente, para mim é um orgulho e uma honra participar dessa história assim com tantas outras que existem em nossa escola.

3. Como você classificaria o AEE na E.E.M. João Alves Moreira?

R: Como falei o mesmo já obtive muitos resultados positivos, apesar de que até certa época havia um estranhamento por parte dos alunos considerados “normais”, pois eles não sabiam exatamente o que estava acontecendo naquela sala, alguns achavam que era reforço, outros que era reforço pra deficiente, e até hoje não houve uma mobilização por parte da escola para divulgar o que era aquele projeto, para informar os alunos, como muitas coisas não dependem só de mim tenho que por muitas vezes acatar as decisões da escola. Nossa equipe multidisciplinar deveria existir, mas como nos encontramos em zona rural tudo se torna mais difícil e complexo, até existia digamos assim, com a parceria do CRAS tanto de Vazantes, como de Ideal, mas pelo fato de sempre mudar de Coordenador, por muitas vezes por questões políticas, ficava cada vez mais difícil manter essa rede, logo quando esses laços enfraqueciam os resultados não são os mesmos. Buscamos por vezes não deixar essa parceria morrer, as dificuldades são muitas a serem enfrentadas e vencidas, às vezes a falta de repasse da SEDUC, a falta de reposição de materiais e TAs, enfim por nos encontrar distante da Sede e a mesma sempre é considerada mais importante sempre há dificuldades e obstáculos, mas conseguimos gradativamente resultados positivos, reconhecimento dos próprios alunos assistidos e de suas famílias. Em suma eu creio que o AEE é sim uma importante ferramenta para a inclusão escolar, ainda precisa ser repensando algumas questões, mas que ele realmente tem uma capacidade de promover inclusão, autonomia desses alunos, me creio que dentro e fora da escola.

4. Como você vê o comprometimento da Direção da escola com o AEE e com a promoção da inclusão?

R: Tenho consciência de que tanto nosso diretor como nosso coordenador tem muitas questões complexas como a inclusão para lidar todos os dias, às vezes são falhas

reconhecemos que são seres humanos, mas às vezes essa questão de “ser muito ocupado”, os torna distantes dessa questão que é a inclusão necessária na escola, às vezes eu sinto falta da presença e do compromisso deles nesse contexto, por mais que eu compreenda a razão sei que há uma necessidade da participação de todos, a inclusão só é eficaz com a participação de todos (Escola, Gestão, Professores, Alunos, Funcionários, Família, o Estado, a CREDE, SEDUC, e a comunidade que os mesmo estão inseridos). Eu percebo que eles se esforçam para atender essa demanda, mas ainda não é o suficiente.

5. Sobre a formação dos professores no que diz respeito à inclusão, que você tem a falar?

R: Sabemos que nossos professores não são preparados para lida com nenhuma situação que fuja da sua zona de conforto que é aplicar seus conteúdos, temos que ser sinceros eu mesma já me encontrei assim perdida, costumo dizer nas formações que recebemos que todos os professores deveriam fazer pedagogia mesmo graduados em sua área, digo isso por que com a pedagogia podemos trabalhar melhor com os alunos, é um curso que nos permite compreender o outro, compreender as limitações pedagógicas, que você irá exercer não só aplicações de conteúdo. Aqui na João Alves já presenciei e tive que ajudar a resolver problemas entre professores e alunos com deficiência, pois o mesmo não sabia lidar com a situação, ainda existem aqueles que acham que estou aqui dando reforço escolar, que sirvo para criar provas diferentes para aqueles alunos, pois como dizem eles: “Eu os conheço melhor, conheço bem suas dificuldades”. Vejo ainda muita carência de formação para esses professores que estão quatro horas por dia com esses alunos e por vezes não sabe como lidar, já foi pedido e implorado para que a CREDE 8 ofertasse a mesma formação que nós pedagogos (as) do AEE recebemos os professores da sala normal também pudessem receber, até hoje não acatado o nosso pedido com a seguinte justificativa: “Não temos verbas para isso”. Por vezes gostamos de apontar o culpado, pois é mais fácil, mas esquecemos de procurar uma solução.